|  |  |
| --- | --- |
| Parlamento Europeu2014-2019 |  |

Documento de sessão

<NoDocSe>B8‑0360/2018</NoDocSe>

<Date>{05/09/2018}5.9.2018</Date>

<TitreType>PROPOSTA DE RESOLUÇÃO</TitreType>

<TitreSuite>apresentada na sequência de uma declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança</TitreSuite>

<TitreRecueil>nos termos do artigo 123.º, n.º 2, do Regimento</TitreRecueil>

<Titre>sobre sistemas de armamento autónomos</Titre>

<DocRef>(2018/2752(RSP))</DocRef>

<RepeatBlock-By><Depute>Fabio Massimo Castaldo, Dario Tamburrano, Isabella Adinolfi, Rolandas Paksas</Depute>

<Commission>{EFDD}em nome do Grupo EFDD</Commission>

</RepeatBlock-By>

B8‑0360/2018

Resolução do Parlamento Europeu sobre sistemas de armamento autónomos

(2018/2752(RSP))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o seu estudo, de 3 de maio de 2013, intitulado «Consequências para os direitos humanos da utilização de aeronaves e robôs não tripulados em cenários de guerra»,

– Tendo em conta os seus vários relatórios, recomendações e resoluções que apelam à proibição de sistemas de armamento autónomos, designadamente o mandato para dar início a negociações, aprovado na sessão plenária de 13 de março de 2018 com vista à adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa[[1]](#footnote-2), a sua resolução, de 13 de dezembro de 2017, sobre o Relatório Anual sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo em 2016 e a política da União Europeia nesta matéria[[2]](#footnote-3), a sua recomendação ao Conselho, de 7 de julho de 2016, sobre a 71.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas[[3]](#footnote-4) e a sua resolução, de 27 de fevereiro de 2014, sobre veículos aéreos não tripulados armados[[4]](#footnote-5),

– Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 31 de maio de 2017[[5]](#footnote-6), que apela a uma abordagem de comando humano da inteligência artificial e à proibição de armas autónomas,

– Tendo em conta o apelo da Santa Sé à proibição das armas autónomas[[6]](#footnote-7)

– Tendo em conta as declarações pertinentes do Comité Internacional da Cruz Vermelha[[7]](#footnote-8),[[8]](#footnote-9) e iniciativas da sociedade civil, como a campanha «Stop Killer Robots»[[9]](#footnote-10) – que representa 70 organizações em 30 países, designadamente Human Rights Watch, Article 36 e Amnistia Internacional,

– Tendo em conta o artigo 123.º, n.º 2, do seu Regimento,

A. Considerando que a evolução no domínio da inteligência artificial (IA) está a influenciar a defesa e a abrir novos domínios de investigação que possam levar à criação de sistemas de defesa totalmente automatizados, incluindo sistemas com características letais;

B. Considerando que estes novos sistemas de armamento irão gerar uma vasta gama de questões morais e éticas, tendo igualmente implicações industriais, militares e para a I&D; considerando que estes sistemas tecnológicos poderão visar e lançar qualquer objeto sem qualquer tipo de supervisão humana, ou seja, duma forma totalmente autónoma;

C. Considerando que o desenvolvimento desses sistemas abrirá um novo domínio de I&D para o setor da defesa, conduzindo a uma automatização gradual dos sistemas de armamento – nomeadamente tanques, aeronaves, aeronaves não tripuladas e navios – com impacto em todas as esferas da guerra moderna;

D. Considerando que um sistema de defesa totalmente automatizado representa um sério problema de responsabilização pelas suas ações, devido à eventual falta de controlo humano;

E. Considerando que o desenvolvimento destes sistemas conduzirá a um enfraquecimento ou a uma reavaliação das regras internacionais relativas à guerra e aos direitos humanos;

F. Considerando que vários agentes da sociedade civil (nos Estados-Membros da UE e fora dela) já estão a contrariar o desenvolvimento de «robôs assassinos»; considerando que estas preocupações também são partilhadas por cientistas e investigadores ativos neste domínio;

G. Considerando que a evolução futura no domínio do ciberespaço também poderá enfraquecer a segurança dos sistemas de armamento baseados em IA;

1. Recorda a necessidade de lançar, com caráter de urgência, um debate abrangente sobre a proliferação de sistemas de armas letais autónomas e salienta que qualquer atraso neste contexto pode aumentar o seu impacto na segurança internacional;

2. Solicita à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (VP/AR), aos Estados-Membros e ao Conselho que desenvolvam e adotem, com caráter de urgência, uma posição comum sobre sistemas de armamento autónomos, assegurando que os aspetos éticos e morais sejam tidos em devida consideração; recorda os riscos de desenvolver sistemas de armas completamente independentes de controlo humano de qualquer tipo, especialmente para fins de lançamento de ataques;

3. Exorta a VP/AR, os Estados-Membros e o Conselho – também em coordenação com os parceiros estrangeiros e as organizações internacionais – a estabelecerem uma proibição internacional de sistemas de armas que careçam de um controlo humano significativo nas funções fundamentais de seleção de alvos e lançamento de ataques, tal como solicitado pelo Parlamento em várias ocasiões; salienta a importância crucial de também monitorizar e regulamentar estritamente a investigação, o desenvolvimento e a produção de sistemas de armamento que careçam de controlo humano, nomeadamente no que se refere a funções críticas, como a seleção de alvos e o lançamento de ataques;

4. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Serviço Europeu de Ação Externa, aos governos e parlamentos dos Estados-Membros e às Nações Unidas.

1. Textos aprovados, P8\_TA(2018)0275. [↑](#footnote-ref-2)
2. Textos aprovados, P8\_TA(2017)0494. [↑](#footnote-ref-3)
3. JO C 101, de 16.3.2018, p. 166. [↑](#footnote-ref-4)
4. JO C 285, de 29.8.2017, p. 110. [↑](#footnote-ref-5)
5. https://www.eesc.europa.eu/en/news-media/press-releases/artificial-intelligence-europe-needs-take-human-command-approach-says-eesc [↑](#footnote-ref-6)
6. <https://zenit.org/articles/holy-see-to-un-lethal-autonomous-weapon-systems-should-be-prohibited/> [↑](#footnote-ref-7)
7. [https://www.icrc.org/en/publication/4283-autonomous-weapons-systems#](https://www.icrc.org/en/publication/4283-autonomous-weapons-systems%23) [↑](#footnote-ref-8)
8. [https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/42010361723DC854C1258264005C3A7D/$file/CCW\_GGE.1\_2018\_WP.5+ICRC+final.pdf](https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/%28httpAssets%29/42010361723DC854C1258264005C3A7D/%24file/CCW_GGE.1_2018_WP.5%2BICRC%2Bfinal.pdf) [↑](#footnote-ref-9)
9. <https://www.stopkillerrobots.org/wp-content/uploads/2018/03/KRC_Briefing_CCWApr2018.pdf> [↑](#footnote-ref-10)